



## GT 056. Povos indígenas, afrodescendentes e outros povos tradicionais, conflitos territoriais, e o não reconhecimento pelo Estado nacional.

Stephen G. Baines (Departamento de Antropologia, UnB) - Coordenador/a, Luis Eugenio Campos (Universidad Academia de Humanismo Cristiano) - Coordenador/a

Em anos recentes, com o avanço do agronegócio, mineração, a construção de hidrelétricas, o turismo, e outros projetos, as pressões econômicas de grandes empresas interessadas em explorar os recursos naturais em territórios de povos indígenas, afrodescendentes e outras comunidades tradicionais, levou governos a negar o reconhecimento de territórios de muitos coletivos que reivindicam seu reconhecimento pelo Estado. As frequentes violações de direitos por parte de grandes consórcios com respaldo do Estado levam a novas formas de mobilização política dessas populações em que suas identidades étnicas estão sendo reforçadas, e casos de etnogênese e reelaboração cultural. No Brasil, a bancada ruralista, no Congresso, e a pressão de grandes empresas, visam enfraquecer os direitos dos povos indígenas e quilombolas assegurados na Constituição Federal de 1988, e mesmo revertê-los, com propostas legislativas como a PEC 215/2000. A questão do não reconhecimento é um tema de alta relevância neste momento histórico marcado por tentativas de deslegitimar reivindicações dos povos tradicionais. No Chile, o governo não apenas viola os direitos de muitos coletivos indígenas, mas reluta em não reconhecer os afrodescendentes chilenos. Na Argentina, o avanço do neo-extrativismo ameaça os direitos dos coletivos indígenas, com situações de crescente conflitividade e estigmatização, como a que atinge o povo Mapuche no sul do país. Fatos comparáveis se encontram em outros países da América Latina.

### **Territórios Indígenas negados pelo Estado: a Comunidade do Anzol, Roraima**

**Autoria:** Stephen G. Baines

O work examina a situação de territórios indígenas não reconhecidos pelo Estado a partir do caso da Comunidade do Anzol a cerca de 70 km de Boa Vista. Apesar de existir uma multiplicidade de situações de territórios indígenas não reconhecidos por Estados nacionais, cada uma com características particulares, a situação do Anzol revela que as forças anti-indígenas vêm de políticos de Roraima e um Ministro do STF. Depois que uma Ação Civil Pública movida por uma juíza federal, em 31 de março de 2017, determinou que a FUNAI iniciasse o procedimento de demarcação das terras da Comunidade Indígena Anzol, onde vivem 14 famílias extensas das etnias Macuxi e Wapichana, essa comunidade indígena ganhou espaço nas notícias, frequentemente em matérias jornalísticas que visam deslegitimar os direitos indígenas. Essa decisão judicial foi comemorada por lideranças indígenas de Roraima, inclusive o secretário estadual do índio, Dilson Ingarikó, que foi imediatamente demitido pelo vice-governador Paulo César Quartiero (DEM), um dos maiores combatentes da demarcação de Terras Indígenas em Roraima, líder dos produtores de arroz que foram retirados da Terra Indígena (TI) Raposa Serra do Sol, após a decisão do STF em 2009, e que já foi prefeito de Pacaraima, deputado federal, e governador de Roraima. A Comunidade do Anzol, constituída de indígenas que sofreram uma longa história de deslocamentos em decorrência da ocupação colonial do Lavrado desde o século XVIII, em que muitos foram escravizados. Atualmente as famílias se encontram encurraladas em um pequeno enclave de 2 hectares de terra, onde convergem diversos interesses fundiários para tentar impedir a sua demarcação como TI. O avanço do agronegócio, o plantio comercial de acácia, a presença de fazendeiros, posseiros, e o Projeto de Assentamento Nova Amazônia estabelecido para assentar não-indígenas retirados da Terra Indígena Raposa Serra do Sol deixam a Comunidade do Anzol em situação de extrema



vulnerabilidade. Em 2009, a Comunidade de Lago da Praia, vizinha do Anzol, sofreu agressões por parte de fazendeiros pretensos proprietários dessas terras, que expulsaram os moradores, queimando suas casas, posto de saúde e escola. Em 2015, visitei a Comunidade para conversar com os moradores, visando à possibilidade de colaborar no sentido de procurar um antropólogo que poderia dedicar um período longo para estudar as reivindicações de ampliação da TI Serra da Moça, ou a criação de uma nova TI, para incluir comunidades e territórios indígenas que foram excluídos nas demarcações fragmentadas realizadas nos anos 1980. As comunidades do Anzol e Lago da Praia mostram como a demarcação em áreas fragmentadas tem trazido enormes prejuízos para as populações indígenas excluídas dessas TIs, tornando suas vidas insustentáveis.

[Trabalho completo](#)



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

